



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 6/2006

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO
DE 2006: -----**

----Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Sara Raquel dos Santos Fresco, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Manuel Ferreira Inocência, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas do Sr. Deputado Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e do Sr. Deputado Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo.-----

----**HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, começou por saudar todos os presentes e esperava que todos tivessem tido umas boas festas de Natal. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**-----

---- **PONTO UM: “ Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artº. 53º da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro do Regulamento Municipal de Funcionamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Mira”:** -----

-----O Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel de Jesus Martins usou da palavra para em primeiro lugar cumprimentar os membros da Mesa da Assembleia e os Srs. Deputados. Disse também que por motivos de doença, o Sr. Presidente da Câmara Municipal não podia estar presente e como tal cabia ao Sr. Vice-Presidente da Câmara substituí-lo. Relativamente ao Regulamento Municipal em causa disse que, tinha sido sujeito a apreciação pública e publicitação por edital e que não tinha havido reclamações nem sugestões; que, apenas tinham sido detectados pelos serviços pequenas incorrecções que se tinha procurado sanar.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida questionou qual tinha sido a Lei habilitante



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tinha servido de base para o Regulamento Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio e disse que tinha sido partido um parcómetro que estava na zona entre o Lago do Mar e a Duna. Questionou sobre quem tinha partido a barreira e porquê que não tinha sido repostada ou se eventualmente estaria relacionado com o arranjo do espaço ou com os utilizadores diários do espaço, nomeadamente, com as pessoas que tinham lá comércio. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço interveio para dizer que se fossem mexidas, de uma forma global, as Zonas de Estacionamento, não fazia sentido que os estacionamentos na Praia, essencialmente no período de Verão, fossem pagos até às 22 horas. -----

----- O Sr. Deputado Marco António Custódio começou por dizer, relativamente aos estacionamentos da Praia de Mira que o horário de estacionamento até às 22 horas era demasiado extenso; que, a partir das 20 horas o fluxo de automóveis diminuía ficando imensos estacionamentos vazios, não fazendo sentido o parque estar a ser pago naquele horário. Relativamente à rua em frente ao mar disse que, não tinha encontrado nenhuma cláusula no Regulamento que defendesse os moradores e os comerciantes daquela zona; que, não era justo para um morador que vivesse naquela zona, pagar todos os dias estacionamento, durante todo o dia e serem multados várias vezes por semana. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Martins, esclareceu que, o que estava em causa era a aprovação do Regulamento para que ele funcionasse em pleno; que, tinha sido sujeito a apreciação pública e tinha tido publicitação por Edital; que, não tinham recebido nenhuma reclamação nem tinha sido feita nenhuma sugestão



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente à questão dos moradores e comerciantes daquela zona. No tocante à intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que, a situação do parquímetro na referida zona tinha a ver com arranjos, com o Regulamento e que o acesso a cargas e descargas dos comerciantes tinha ficado acautelado. Quanto à lei habilitante que tinha sido questionada pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida era a Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artº 64, n.º1, alínea u), conjugadas com as alíneas a) e e) do n.º 2 do mesmo artigo. -----

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida discordando relativamente à Lei habilitante uma vez que existia o Decreto-Lei 81/2006 de 20 de Abril, que regulava o regime relativo às condições de utilização dos parques de zonas de estacionamento; que, devia ter sido aquele Decreto-Lei a servir de base para que o Regulamento Municipal obedecesse ao Dec-Lei; que, não obedecia em várias questões, nomeadamente, não distinguia estacionamentos de longa duração e de curta duração; que, lhe parecia que no Regulamento apenas existiam estacionamentos de curta duração que deviam ser taxados, segundo o artigo 12.º do Dec-Lei, em fracções de 15 minutos e que no Regulamento Municipal apenas aparecia taxas de 0.50€/hora, havendo uma clara violação do referido Dec-Lei. -----

-----O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro concordou com o Sr. Deputado Dr. Raul. Alertou também para uma outra irregularidade que eventualmente pudesse existir, porquanto, no PDM que tinha sido aprovado constava que cada edifício tinha direito a dois lugares o que na realidade não estava a acontecer na Avenida do Mar. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro, usou da palavra para dizer que, a imposição de taxas de estacionamento tinha como finalidade regular o trânsito, disciplinar o acesso e facilitá-lo no sentido de que o carro não fosse abandonado e mais pessoas tivessem acesso aos lugares; que, na regulação de um estacionamento deviam estar também implicadas a defesa de interesses económicos da zona protegida pelos estacionamento; que, sendo uma zona sensível em termos de restauração, não fazia sentido que o horário fosse além das 20 horas. Relativamente aos moradores, concordava que tivessem lugares de estacionamento, identificando os carros com acesso àquela zona e que, no essencial, a imposição de taxas de estacionamento eram bem vindas. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço dizendo que sabia que tinha havido um inquérito público mas também existiam locais públicos para debater as questões; que, a questão do estacionamento até às 22 horas na marginal da Praia, já tinha sido várias vezes abordada e não era necessário estar sempre a bater no mesmo assunto; que, era consensual que estava errado e que era suficiente para que tivesse sido acautelado. --

----- O Sr. Deputado Marco António Custódio disse que não era tão exigente ao ponto de existir um estacionamento guardado para cada morador, mas pelo menos salvaguardar os moradores e os comerciantes que quando arranjassem estacionamento por perto, não ter que o pagar, fosse através de um cartão ou de qualquer outra identificação; que, como aquela situação não estava prevista no Regulamento, gostaria de saber se iria ser feita alguma coisa até ao Verão porque, caso contrário, voltariam a andar todo o Verão em guerra com a GNR, e mais um ano, iria ser arranjada uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solução na hora, que só iria resolver o problema por mais um ano; que, não havia necessidade de estar a viver o mesmo problema todos os anos. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara usou novamente da palavra para dizer que a discussão pública tinha decorrido no período de 11 de Agosto a 22 de Setembro e que, os promotores das obras eram os responsáveis por arranjar lugares de estacionamento na fase de licenciamento. Disse ainda que o projecto de regulamento tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara de 13 de Junho; que, em 24 de Outubro tinha sido aprovado por maioria com dois votos contra mas que, não tinha havido nenhuma rectificação, nem sugestão por parte dos Srs. Vereadores que tinham votado contra. Relativamente à Lei habilitante que tinha sido referida pelo Sr. Deputado Dr. Raul, questionou porquê que o Sr. Deputado não tinha colocado a questão enquanto o Regulamento tinha estado em discussão pública uma vez que sabia que devia ter sido aplicada outra lei. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por dizer que o Sr. Vice-presidente tinha razão quando referiu que a questão devia ter sido colocada na altura própria; que, tal não tinha acontecido porque nem sempre a sua vida lhe permitia andar com a atenção que certos assuntos mereciam; que, uma vez que lhe tinha chegado o assunto à mão, como Deputado da Assembleia Municipal, tinha feito um estudo e uma análise e tinha-se deparado com aquele erro; que, se o tivesse detectado anteriormente, teria com toda a certeza alertado os Srs. Vereadores para tal situação ou teria feito uma reclamação e que, na sua opinião, havia uma clara violação de Lei. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para dizer que na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perspectiva da Mesa existiam deficiências legais e havendo dúvidas relativamente à legalidade das propostas era razão necessária e suficiente para suspender o debate e pedir ao executivo que reformulasse e reapreciasse a proposta. Pediu ainda que, tivessem em consideração a sensibilidade da Assembleia no sentido de os horários ficarem em regulamento e atender aos interesses económicos e aos interesses dos residentes. A Mesa solicitou ao executivo que retirasse a proposta. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que não tinha ficado esclarecido com a explicação do Sr. Vice-Presidente; que, para cada edifício, os lugares tinham de ser públicos e que tinham de ser guardados dois lugares. -----

----- Interveio novamente o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que existia um Regulamento onde constava que, qualquer construção nova deveria assegurar dentro do lote que ocupava o estacionamento suficiente para responder às suas próprias necessidades no mínimo de um lugar de estacionamento por cada edifício. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que existiam dez ou doze edifícios sem qualquer lugar assegurado. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão usou da palavra para dizer que se a praia era um local de lazer, não fazia sentido o pagamento de lugares; que, pela mesma ordem de ideias tinham também que colocar parcómetros na zona do Parque de Campismo, do Parque de Merendas e em todas as restantes zonas de lazer da Praia de Mira; que, a Praia não sendo uma zona de serviços não tinha cabimento o pagamento de taxas para estacionamento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto disse que frequentemente estava na Figueira da Foz e também pagava estacionamento mas apenas 0.30€/hora e não 0.50€/hora como estava previsto para o Concelho de Mira; que, na sua opinião 0.50€/hora era um preço exagerado. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara interveio para dizer que era lamentável que ao quererem legalizar um Regulamento que já estava a ser praticado há quatro ou cinco anos se deparassem com aquele tipo de situações. -----

----- **PONTO DOIS: “Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas do futuro Plano de Pormenor dos Prazos Velhos em conformidade com o disposto no artº.112.º do D.L n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção” -----**

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que a Câmara tinha deliberado fazer um Plano Pormenor para os Prazos Velhos; que, a Assembleia Municipal tinha deliberado suspender o Plano Geral de Urbanização da Lagoa – Praia de Mira na área dos prazos velhos, estabelecendo medidas preventivas que permitiu à Câmara Municipal com a CCDR realizar alguns licenciamentos de acordo com a proposta de Plano Pormenor; que, as medidas tinham caducado e tinha sido solicitada a prorrogação das medidas preventivas e suspensão do plano por mais um ano para conclusão do Plano Pormenor. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão usou da palavra para dizer que, na sua opinião, os prazos velhos eram um grande “bico-de-obra”; que, aquela zona podia vir a ser a zona nobre da Praia de Mira mas que, em vez de existir arruamentos em condições, existiam umas vielas que as pessoas tinham sido obrigadas a construir num determinado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento das suas vidas por não existirem alternativas de construção; que, parte das casas eram clandestinas e que actualmente, mesmo com todos os Planos de Pormenor que iam sendo sucessivamente adiados, de uns executivos para outros, continuava-se a construir clandestinamente. -----

---- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro interveio para dizer que, o que estava a acontecer era o resultado da política de solos que a Câmara Municipal tinha nos últimos 20 anos; que, tinha muitas dúvidas que o problema ficasse resolvido porque era uma situação complicada, sugeriu que fossem feitos em primeiro lugar os arruamentos e mais tarde os espaços públicos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que a Câmara Municipal tinha estado a licenciar com base nas medidas preventivas mas que continuava a existir ilegalidades; que, uma vez que o Plano de Urbanização estava suspenso, questionou se os licenciamentos tinham sido feitos com base nas Medidas Preventivas e no Plano Pormenor que estava elaborado, como é que surgiam alguns edifícios ilegais; que, já era difícil fazer o Plano de Pormenor naquela zona mas que seria muito mais se deixassem avançar as ilegalidades. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheiro disse que concordava com aquilo que o Sr. Deputado tinha dito; que, tinha havido falta de coragem da parte política para intervir e que durante a vigência das Medidas Preventivas anteriores, pouco tinha sido feito; que, com o empenhamento político e dos técnicos pretendiam fazer algo que fosse exequível; que, queriam definir vias, alinhamentos e alguns parâmetros máximos e áreas brutas etc. para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o problema fosse simplificado. No tocante ao Sr. Deputado Dr. Raul disse que todos os licenciamentos tinham de ser feitos com a Câmara Municipal e com o parecer da CCDDR; que, as vias e os alinhamentos que tinham sido falados eram uma das prioridades do executivo. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que tinha conhecido o procedimento de uma urbanização situada entre Corroios e Almada onde existia uma grande quinta que tinha sido loteada e todas as pessoas tinham comprado; que, não existia plano de arruamentos, espaços públicos, etc. que, existia um desenho onde constava que uma determinada percentagem da área total fosse para espaços públicos; que, cada um, de acordo com o seu espaço próprio dava uma percentagem daquilo que tinha e que, se não tivesse sido feito daquela forma, uns ficariam com tudo e outros sem nada; que, não era um problema técnico mas um problema político e sociológico, antes do problema técnico deviam ser acautelados outro tipo de problemas.

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para em primeiro lugar dizer que devia ser feita a negociação, não havendo negociação aplicava-se a Lei que dizia que, qualquer indivíduo que construísse numa daquelas áreas tinha que contribuir para o espaço público que englobava tanto a rua como áreas de lazer. -----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que a situação era complicada porque mexiam com privados e com negociações por vezes difíceis. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra e começou por referir que os prazos velhos tinham uma longa história e que já muitos passos tinham sido dados, uns certos outros menos correctos; que, não podiam passar por cima de um projecto que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha sido feito pelo G.T.L, da forma como tinha sido feito e divulgado, criando expectativas nas pessoas, foram feitas medidas preventivas etc.; que, tinham procurado ter a humildade e a capacidade de reconhecer que fazer um PDM, naquela área, teria riscos de uma intervenção descuidada que não estivesse à altura da actual situação dos prazos velhos, que já não era igual ao projecto G.T.L que tinha sido feito há dez anos. Seria necessário fazer um plano que não podia ser chamado plano simplificado porque não tinha sido autorizado pela CCDR, chamando-se assim de Medidas Preventivas, com o compromisso de definir vias etc., para começar a construir um plano; que, não estavam a pedir que lhes fosse dada alguma coisa mas, pelo contrário, a Câmara é que iria dar a capacidade construtiva que não existia naquele momento; que, a situação que tinha sido referida pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, era aquela que a Lei obrigava, mas que seria melhor se fosse possível atalhar um pouco o caminho. Todos os proprietários estavam identificados mas que o cadastro daquela zona não estava capaz porque existiam mutações muito rápidas e tinham que voltar ao terreno para actualizar o cadastro; que, os terrenos também não tinham a configuração que estava participada e os proprietários também iam mudando etc.; que, tinham que decidir se queriam passar mais um ano sem fazer nada ou definir, no pouco tempo que faltava, de forma clara as vias e tudo o resto, porque na proposta de G.T.L não existia nenhuma demolição; que, tinham de enveredar pelo caminho de não ir, pelo menos, por cima de construções existentes, legalizadas e sobretudo habitações; que, o que era pedido à Assembleia era a participação, com a sua quota-parte de co-responsabilização, de aceitar que era necessário intervir de forma decisiva, mas também de forma pensada; que, em primeiro



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lugar, seria melhor definir as vias e os alinhamentos para que cada um, quando fosse licenciar, já licenciasse de acordo com a realidade a curto prazo; que, a questão era não fazer nada deixando que surgisse mais construção ilegal naquela zona ou fazer alguma coisa para que aquelas que fossem surgindo tivessem base de sustentação. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que, em nome do grupo do Partido Social Democrata, o problema que se passava nos Prazos Velhos era um problema premente, necessitando de solução rápida e que as Medidas Preventivas faziam parte integrante dessa solução por isso tinham votado a favor. -----

-----**PONTO TRÊS: “ Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro da revogação parcial do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.”** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que a aprovação era apenas para legalizar, de acordo com o parecer da CCDD. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio e disse que percebia em relação aos destaques, aquela situação acontecia mas no caso de um terreno que tinha uma construção com duas ou três moradias geminadas, que ficava em propriedade horizontal, também eram contíguas e tinham um impacto semelhante a um loteamento, gostaria de saber se também estavam abrangidas ou se aquela norma do Regulamento não seria para prever as referidas situações. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Técnico da Câmara Municipal, Dr. Ângelo Lopes que começou por dizer que o próprio Regulamento definia aquilo que tinha ou não impacto semelhante ao loteamento; que, o Regulamento dizia que toda e qualquer construção que dispusesse de três ou mais praças autónomas, três ou mais fogos ou unidade de ocupação era considerado gerador de impacto semelhante a um loteamento. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que aquilo que queriam cumprir era apenas a questão da legalidade. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida respondeu que não era uma questão de legalidade mas uma questão de tentar perceber aquilo que se estava a votar; que, não tinha colocado a hipótese de haver ou não qualquer ilegalidade mas que se tornava mais fácil perceber com exemplos práticos do que, continuar a falar de coisas que não se percebiam. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que a bancada do Partido Social Democrata votava a favor de tudo aquilo que fosse para repor a legalidade. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro interveio para declarar que a bancada do Partido Socialista partilhava da mesma opinião da bancada do partido Social Democrata. -----

----- **PONTO QUATRO: “ Aprovação, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º. 53º. Da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Janeiro da desafecção de caminho municipal do domínio público para efeitos de futuro licenciamento do edifício da Incubadora.”-----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro interveio para questionar a localização do caminho, tendo o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal dito que a localização do caminho estava no mapa que constava na página 6 do documento n.º3. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida perguntou qual era o ponto de situação relativamente ao licenciamento da obra, tendo o Sr. Vice-Presidente da Câmara dito que estava a ser dado o primeiro passo para tentar licenciar a Incubadora porque existiam muito mais passos para dar; que, não se podia licenciar nada que não estivesse em poder da Incubadora, não existiam quaisquer registos. -----

-----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO CINCO: “Aprovação, nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 3.ª Revisão Orçamental, 3.ª Revisão ao PPI e 3.ª Revisão às AMR’s do ano de 2006.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara começou por dizer que a Revisão tinha sido feita exactamente para a amortização do empréstimo que tinha sido uma recusa em 2003, do Tribunal de Contas à alteração da finalidade do empréstimo e que a autarquia só em 2006 é que tinha obtido a confirmação formal de que as Estradas de Portugal iriam financiar as expropriações da variante, 2.ª fase. -----

-----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, não tendo participado na votação o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida por se encontrar



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momentaneamente ausente. -----

----- PONTO SEIS: “ Substituição de elemento(s) da Comissão de Análise de Candidaturas para atribuição dos lotes da Videira Norte.” -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que o Sr. Deputado João Nogueira estava impedido ao abrigo do n.º1 do artigo 44.º, alínea b) do C.P.A de fazer parte da Comissão de Análise. -----

-----O Sr. Deputado Eng.º Coquim interveio para dizer que qualquer elemento indicado não devia ter parentes próximos como candidatos, tendo em sua posse uma lista de candidatos para consultar. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro sugeriu o Sr. Deputado Marco Custódio como elemento para pertencer à Comissão de Análise. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes usou da palavra e pediu que fosse lembrada a constituição da Comissão para que, os novos elementos da Assembleia pudessem ficar esclarecidos. -----

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente para lembrar que a Comissão de Análise era constituída pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, um representante da Junta de Freguesia da Praia de Mira, o Chefe de Divisão da DPGU, o CCRS, a Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal de Mira e um deputado da cada grupo parlamentar com assento na Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Deputado Eng.º Calisto Coquim disse que os deputados da Assembleia Municipal que já tinham sido indicados era o Sr. Pedro Nunes pelo Partido Social Democrata, o Sr. Deputado João Nogueira pelo Partido Socialista e o Sr. Deputado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Milheirão pelo MEL. Recordou também que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia lhe tinha delegado os poderes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Marco Custódio para dizer que aceitava fazer parte da Comissão de Análise. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão e sugeriu que fosse entregue uma lista das candidaturas que estavam aceites para que mais tarde não houvesse surpresas; que, na primeira reunião que tinha tido, no âmbito de uma primeira comissão da qual tinha feito parte, tinha tido uma surpresa desagradável. -----

-----O Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos interveio e disse que já algum tempo se tinha deparado com algumas dúvidas, nomeadamente, que existiam dois regulamentos, sobre os quais a comissão se iria debruçar e que gostaria de saber qual era o que estava em vigor. Relativamente à abertura do concurso gostaria de saber se existia alguma Lei da Assembleia da República ou do governo que estabelecia as condições de acesso à candidatura por parte dos candidatos. -----

-----Seguiu-se a votação, por escrutínio secreto, do Sr. Deputado Marco Custódio para integrar a referida Comissão, tendo sido **aprovado por unanimidade** com 22 votos. ----

----- **PONTO SETE: “ Autorização, nos termos da alínea m) do nº. 2 do artº. 53º.da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para o Município de Mira integrar a constituição do Agrupamento de Municípios na base de equivalência a um A.C.E e aprovação dos respectivos estatutos.” -----**

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, para dizer que no âmbito do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portugal Logístico tinham sido instituídas diferentes zonas com capacidade para instalação de Plataformas Empresarial e Logísticas; que, os Municípios referidos no Protocolo tinham criado um grupo de trabalho que depois de várias reuniões e com o apoio técnico do Instituto Superior de Ciências Sociais de Lisboa, tinham criado uma plataforma de entendimento em que o porto da Figueira da Foz seria a área central de influência. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO OITO: “ Declaração de interesse público municipal do projecto de infra-estruturas de apoio à pesca costeira: equipamentos de apoio à actividade piscatória e posto de venda de pescado da Praia de Mira.”** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para dizer que era necessário assegurar todas as condições para que as candidaturas aos programas de financiamento fossem bem sucedidas. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheiro para dizer que já tinha tido oportunidade de expor a sua opinião relativamente à construção dos apoios à “arte-xávega” mas que, na sua opinião era estar a comprometer o coração da Praia de Mira; que, noutros pontos do país, também em zonas pesqueiras, estavam a ser retirados para fora dos centros urbanos aquele tipo de infra-estruturas. Apelou mais uma vez ao bom senso do executivo e dos Srs. Deputados que a lota naquele local não era boa solução, mas que não estava de maneira nenhuma contra a construção da lota porque os pescadores da Praia de Mira a mereciam. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço interveio para dizer que aquele assunto já



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha vindo à baila no anterior executivo; que, o local era o mesmo e que na altura se tinha manifestado contra e que o seu sentido de voto continuava a ser exactamente o mesmo. Concordava com o interesse público da lota porque o que lá existia não era uma lota e havia que garantir condições de higiene e de saúde pública para que as coisas funcionassem em condições, mas que também era de interesse público municipal que o local não fosse aquele para derrubar tudo aquilo que lá estava e deixar a zona aberta para a praia, começando no primeiro palheiro a seguir à Capela exactamente até à lota porque o que lá existia só comprometia o desenvolvimento da paria e a sua atracção pelo turismo.-----

-----Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para questionar o porquê só agora o interesse municipal e não antes. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Reigota dos Santos interveio para dizer que como cidadão da Praia de Mira não via a lota naquele local como sendo a melhor solução mas que, seria importante saber se houvesse uma mudança de local se estariam a por em causa a hipótese de ter tudo aprovado ou não; que, a maioria das pessoas da Praia de Mira não queriam a lota naquele local e que existiam outros sítios ideais como por exemplo o local da antiga ETAR. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes disse que também não estava de acordo com o local da lota e que tinham que ser estudadas outras alternativas porque aquilo era duna primária. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milherão começou por dizer que na proposta que tinha sido apresentada constava que mais de meia centena de famílias subsistia daquela pesca; que,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haveria apenas três ou quatro famílias que viviam, quase exclusivamente, da pesca e não tantas como tinham sido referidas. Relativamente à pesca da “arte-xávega” e ao “palheiro” disse que, se há quarenta ou cinquenta anos atrás os Paisagistas e os Arquitectos se tivessem preocupado com o conceito de palheiro na construção da Praia de Mira o conceito não tinha desaparecido. Disse ainda, no tocante à durabilidade da actividade na Praia de Mira, que os jovens não estavam virados para aquela actividade sendo uma questão, de mais meia dúzia de anos até porque a CEE queria acabar com tudo o que fosse artesanal, era uma actividade que a curto prazo ia deixar de existir porque não ia haver mão-de-obra. -----

----- O Sr. Deputado Eng. Carlos Monteiro disse que não concordava muito com a localização escolhida para a lota, apesar da outra que tinha sido proposta ser ainda bem pior; que, o local que tinha sugerido era a antiga ETAR e que não tinha sido levado em consideração, concordava com o Sr. Deputado Luís Lourenço quando tinha referido que acabaria com os palheiros todos degradados, inclusivamente a casa marítima e por arrastamento também com o Centro Cultural. -----

-----O Sr. Deputado Gabriel Pinho interveio para, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão dizer que o Centro Cultural também tinha sido subsidiado e que era pena, na altura, não ter sido chumbado e ter sido posto abaixo. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que todos os pareceres que lhes tinham sido dados, tinham ido ao encontro da situação; que, tudo o que tinha sido feito, tinha sido com autorização das entidades competentes e com algum consenso que se tinha conseguido arranjar e que a situação já tinha sido aprovado na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissão de Gestão do III Quadro Comunitário, do programa “Maris”. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio para dizer que a localização que tinha sido proposta era na antiga fábrica de blocos e que tinha sido liminarmente chumbada pela CCDR; que existiam instrumentos de ordenamento do território que tinham de ser respeitados e que tinham de fazer algo que tivesse viabilidade e que fosse aprovado. Disse que a lota era o menos importante, o mais importante eram as infra-estruturas de apoio à pesca, nomeadamente os quatro armazéns que iriam servir para limpar toda a zona Norte da Praia de Mira; que, a lota tinha sido apenas o mote de entrada para conseguirem aprovar um projecto de requalificação daquela zona, de todas aquelas construções, sem condições e sem segurança para quem lá trabalhava e fazia praia; que, a lota que existia só ainda não tinha sido fechada porque já existia um projecto de uma nova lota em andamento; que, a Vagueira tinha um projecto de lota pronto e não queria, como tinha sido dito pelo Sr. Deputado, mandar a lota para Mira. A intervenção era um pouco mais significativa, iria ter também uma lota para além de ter as infra-estruturas de apoio à pesca, era uma requalificação ambiental, turística, paisagística e também em condições higio-sanitárias para quem operava, comprava e se divertia naquela zona. Quanto ao Centro Cultural disse que era a melhor sala do Concelho, independentemente de se concordar ou não com a localização mas que era degradante quando se olhava para o mar e se via aquela quantidade de lixo. Disse que era a primeira fase de um projecto muito vasto de requalificação que iria servir de mola catalizadora para a segunda fase que era levar as pessoas até aquele local com o prolongamento da marginal; que, a solução não passava por fazer lotas mais bonitas ou mais feias em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

locais melhores ou piores que nunca iriam ser realidade porque seriam chumbadas; que, tinham começado por ter uma reunião com as entidades do ambiente, definindo localizações de acordo com ordenamento do território, de seguida com os pescadores de onde tinha resultado um acordo unânime com os protocolos assinados e que tinham seguido o caminho de fazer as coisas que tivessem viabilidade. -----

----- O Sr. Deputado Marco Custódio interveio para, relativamente à lota, dizer que sempre se lembrava dela naquele local mas que, o seu sentido de voto andava um pouco confuso, apesar de ter ficado bem esclarecido com a explicação que tinha sido dada pelo Sr. Vereador. Questionou se a melhor solução seria, votarem a construção da lota no local onde estava estipulada e arriscarem-se a suspender os eventuais apoios comunitários, sujeitando-se a ficar com a lota como ela estava ou substituir aquela por algo novo e funcional, com o mesmo problema do local mas com uma estrutura nova e funcional que iria resolver alguns problemas. Relativamente ao prolongamento e ao desenvolvimento da Praia naquela zona disse que, a duna primária já estava comprometida pelo Bairro Norte que começava logo a seguir à lota porque as casas estavam todas enfiadas dentro da duna primária; que, pesando os prós e os contras deveria ser de aproveitar os apoios e substituir o que lá existia. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto e da resposta do Sr. Vece-Presidente da Câmara para dizer que se o projecto já estava aprovado em unidade de gestão e se estava tudo decidido o porquê do interesse municipal naquela altura; que, se era um processo irreversível, se a decisão estava tomada e se estava tudo aprovado, não via o que iria ser mudado com a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisão da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Marco Custódio que as casas não tinham sido construídas em cima da duna primária mas que tinha sido a duna primária que tinha vindo para cima das casas. Em relação à venda do peixe disse que antigamente não era vendido naquele local. No tocante ao interesse turístico que tinha sido falado pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que o interesse turístico que aquilo tinha era a saída do barco para o mar, o arribar do barco e a rede quando saia; que, se fossem lá assistir a uma venda, sairiam de lá sem vontade nenhuma de fazer a lota porque, segundo as regras da Docapesca, os particulares não podiam lá comprar peixe, caíam-lhes os comerciantes em cima porque pagavam 150,00€ por um cartão para poderem entrar na lota de Aveiro, da Figueira da Foz etc. para poderem arrematar peixe; que, na lota da Praia de Mira ainda iam fechando os olhos e iam deixando comprar alguma coisa aos turistas, mas nem tudo eles compravam porque quando saíam os cabazes de carapau, que para os grossistas saíam no máximo a 10,00€, aos particulares o mesmo cabaz de carapau era vendido por 30,00€; que, além de ser uma situação escandalosa, caía-se numa situação de desigualdade. Das duas uma, a lota seria fechada e deixariam de ter acesso a turistas ou eram ultrapassadas as regras da Docapesca onde todas as pessoas podiam comprar. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que tinha compreendido perfeitamente a instrução do processo e que concordava com o interesse da lota, era necessário por condições de higiene e de saúde pública; que, estava inteiramente de acordo em requalificar aquela zona mas que não concordava com deitar



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a baixo para fazer de novo porque, requalificar era deitar a baixo e deixar sem nada para devolver ao turismo e às pessoas que quisessem usufruir da zona em pleno e não com uma condicionante de uma lota no pior local que podia existir. -----

----- O Sr. Vice- Presidente da Câmara Municipal disse que as pessoas não estavam a querer compreender que o que estava a ser votado era apenas o interesse público e não a localização da lota e todas as outras situações que tinham sido faladas e que, não estavam a falar só da lota mas também das infra-estruturas de apoio à pesca. -----

----- Interveio novamente o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que começou por dizer que sempre que se discutiam ouros assuntos era a compatibilização ou não com o turismo, qual a diferença relativamente a outras zonas e o que tinham de particular. Uma das coisas que se orgulhavam e falavam sempre era a pesca mas que se não houvesse condições para quem andava nos barcos e para a venda do pescado não havia entrada do barco no mar, não havia saída do barco, nem havia venda de peixe porque o local naquelas condições seria fechado. Terminou, voltando a repetir que a questão que estava a ser discutida naquela Assembleia era apenas declarar o interesse municipal para um conjunto de infra-estruturas e que os Srs. Deputados tinham oportunidade de declarar ou não o interesse. -----

----- Usou novamente da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para, na sua opinião, dizer que se estava a vulgarizar o interesse municipal. Relativamente ao assunto que estava a ser debatido disse que, o projecto já tinha ido à Assembleia Municipal e que nessa altura devia ter sido votado, conjuntamente com o projecto, o interesse municipal. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que o POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira) era muito diferente de um Plano de Urbanização; que, não existiam medidas preventivas que suspendessem o POOC, tinha sido aprovado ministerialmente e só ele o podia suspender. Depois de ser aprovado, havia alguns passos, nomeadamente a adjudicação, um concurso público, entidades que podiam reclamar apenas por interesses económicos podiam colocar alguns entraves; que, estavam a prevenir uma eventual possibilidade, de um qualquer problema vir a fazer esfumar de Mira 500.000,00€ e irem para a lota da Vagueira que não tinha sido aprovada pela unidade de gestão mas que iria continuar e estava em programa do Executivo de Vagos e que existiam prazos muito apertados para cumprir os restantes formalismos legais. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer ao Sr. Vereador que o facto de virem 500.000,00€, não seriam obrigados a fazer asneiras com aquele dinheiro. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que já tinha percebido a questão da oportunidade, que era de uma eventual reclamação de um concorrente ou concurso público mas gostaria de o ouvir da parte do executivo e que era discutível se a forma mais correcta seria votar o interesse municipal antes de ter havido uma reclamação. -----

----- Eram dezassete horas e dez minutos quando se deu início a um curto intervalo, tendo-se reiniciado à sessão às dezassete horas e vinte minutos. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a segunda parte da sessão e disse que se todos estivessem esclarecidos relativamente ao ponto que tinha estado a ser debatido, se passaria à sua votação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria** com onze votos contra do PSD e do MEL e doze votos a favor Partido Socialista. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

----- O Sr. Deputado Paulo Reigota interveio para dizer que tinha votado o interesse municipal e não a localização da lota; que a disciplina por vezes obrigava a coisas que não queriam fazer. -----

----- O Sr. Deputado Marco Custódio disse também que o seu sentido de voto, não tinha sido a localização da lota, no entanto preferia ver lá algo novo e mais bem estruturado do que aquilo que lá estava. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que tinha votado favoravelmente na medida em que, o voto contra não iria resolver as coisa e iria prejudicar mais a Praia de Mira do que o voto favorável; que, não tinha percebido porquê que alguns deputados tinham votado contra fazer alguma coisa proveitosa. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que tinha votado contra a construção da lota no local onde estava e que, tinha sido pena que algumas pessoas não tenham votado em consciência e tenham seguido a disciplina partidária. -----

----- A Sra. Deputada Dr.^a Cristina Jorge interveio para dizer que tinha votado contra porque, ao estar a votar um projecto de infra-estruturas, estas pressupunham uma localização e por esse motivo não estava só a votar o interesse público mas também a sua localização. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço usou da palavra para dizer que também tinha votado contra porque, tinha sido contra anteriormente; que, continuava a ser contra



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque ainda não tinha conseguido dissociar o interesse público municipal que reconhecia, do local que tinha sido proposto. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, declarar que o partido não era contra a construção da lota por questões de saúde pública e por questões de necessidade mas que o interesse municipal e a própria construção intrinsecamente trazia a localização que como tinha sido visto não era a melhor, prejudicando o turismo e a Praia de Mira no futuro. Relativamente ao interesse municipal disse que não tinha entendido o porquê de não ter ido juntamente com o projecto. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que a localização já tinha sido votada e o que tinha votado naquela Assembleia era uma questão de saúde pública; que, todos os organismos que entendiam do assunto tinham dito que sim e que não seria ele a dizer que não. -----

----- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou ao plenário, autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----
